

LIBERDADE, FILOSOFIA E POLÍTICA: O NASCEDOURO COMUM DO OCIDENTE A PARTIR DOS *GREGOS*

Gustavo Augusto da Silva Ferreira¹

Como surge a filosofia? Esta pergunta, sempre que nos remetemos aos gregos, torna-se paralela à pergunta 'como surge o Ocidente?'. E esta última, no que tange o primado do que Werner Jaeger, em sua *Paidéia*, chamou de renascimento grego, logo se põe em pé de igualdade e

¹ Pesquisador e Doutorando em Filosofia na Universidade Federal do Ceará – UFC.

importância da pergunta 'onde se inicia, efetivamente, a política grega?'. Tudo isto é por demasiado conflituoso e de difícil compreensão, mas, em algum momento, e por razões que parecem significativamente complexas, estas três questões se entrecruzam.

Entender onde se dá aquilo que tornou possível o Ocidente – que talvez tenha sua gênese em Roma, na Grécia e em Jerusalém, mas com maior ênfase na Grécia – significa tentar compreender onde nascem, ao mesmo tempo, duas das principais noções do modo grego e, por conseguinte, ocidental de existir, a saber: filosofia e política. Filosofia, no sentido platônico, tal como compreendemos, inicia-se, de certo modo, com o rompimento com os poetas, quer dizer, Platão, em sua *Politéia* e em outros escritos, sugere que os poetas são (assim como os Sofistas, mas estes noutro sentido) não-filósofos, opostos à filosofia. A Grécia, sua cultura, como sabemos hoje graças a inúmeros estudos, se inicia com os poetas, isto é, com as narrativas cosmogônicas, teogônicas e trágicas dos grandes poetas: primeiramente Hesíodo e Homero, em seguida os poetas Líricos e, por fim, os teatrólogos trágicos, como Ésquilo e Sófocles. Ali se dá a base dos princípios de uma cultura, de um povo incrível, que logo construirá as bases do Ocidente.

Mas aqui, nesse polo fundamental, o que está em jogo é o que posteriormente se chamará de mitologia, onde se considerará os poetas como mitólogos, um olhar de desdém, de certo modo, já que mito significa justamente aquilo que não possui realidade efetiva, não é *tá pragmata*², concreto, como as coisas elas mesmas etc., mas no máximo é algo exortativo, elucidativo ou, até mesmo, pedagógico ou simbólico. Nesse sentido, os poetas ocupam o lugar do não-verdadeiro, ilusório e, para Platão em especial, prejudicial à formação dos jovens. Aristóteles, pouco mais generoso com os poetas do que Platão, designou-os como aqueles que são, de certo modo, também filósofos, já que neles há a evidência de uma sede pelo conhecimento e pela ciência procurada, algo que tem bastante destaque em certos momentos de sua *Metafísica*. Mas é interessante lembrar que poeta vem de *Póiesis*, quer dizer, produção. Há aqui a designação do poeta como aquele que produz. Mas produz o quê? No sentido ambíguo de Hesíodo em *Os trabalhos e os dias*, contrastando com o sentido elencado por Aristóteles em *Ética a Nicômaco* e *Política*, o trabalho, no interior da significação grega clássica, contrariamente à concepção significativa que se dará posteriormente com o marxismo e, nesse sentido, retendo alguma proximidade com a concepção judaico-cristã, será algo relativamente negativo – no cristianismo, tal como se dá na narrativa bíblica do *Gênesis*,

² O presente texto tem formato pretensamente ensaístico. Portanto, para facilitar a leitura e aumentar a clareza de nossos argumentos, reduzimos as citações diretas o máximo possível e transliteramos os termos gregos.

o trabalho surge como castigo dado por Deus ao homem por consequência do pecado, tal como se dará para com a mulher as dores do parto etc. –, onde, para Aristóteles o trabalho “desdignificará” o homem, o trabalho sendo algo para escravos, aqueles que segundo Aristóteles são “coisas que falam”. Mas aqui, em tais concepções, o trabalho tem, como em toda a noção cultural aristocrática grega, uma conotação de esforço, labuta, desgaste, portanto, trabalho braçal, demasiado esforço físico etc. A atividade que exige do homem o intelecto, parte superior de nossa existência e que nos torna, na concepção Greco-ocidental, seres superiores, é produção, produção de cultura, informação, conhecimento, descoberta da verdade, desvelamento do ser, atividade constituinte do filósofo, do médico, do político e – por que não?! – do poeta. Basta lembrar que Hesíodo era um pastor de ovelhas, o qual, na narrativa da *Teogonia*, estava no pasto quando as Musas vieram a ele para cantar a estória do vir-a-ser do cosmos, Titãs e Deuses. O que atesta a tese aristotélica, como quando o estagirita diz na *Política* que é necessário o ócio para se filosofar, sentido que justifica a sua posição de pôr os poetas como “de certo modo, também filósofos” e, no sentido da cultura, produtores, e não meramente trabalhadores. Pois a situação de Hesíodo, a qual lembramos acima, exige um certo estado de coisas, uma situação sócio-política e econômica privilegiadas, própria da aristocracia.

Isso já demarca uma situação política fundamental: o estatuto do primado da condição do surgimento da Grécia clássica, tal como nós a conhecemos hoje, é aristocrático. Na *Política*, Aristóteles admite que só se tem política, teologia e filosofia, porque se tem escravos. O que isto parece significar? Ora, o nascedouro da Grécia clássica, em seu estatuto primo, conta com um determinismo fundamental. Não é necessário ser grande historiador ou estar profundamente inserido em estudos do pensamento político para saber que o viés que determina a visão de mundo aristocrática, em todos os tempos em que a mesma existiu, é o do determinismo fundamental. Foi este o sentido que norteou o surgimento da ausência de questões na Grécia, por assim dizer, pré-filosófica. A visão aristocrática de mundo, fundamentalmente determinista em seus principais aspectos, uma visão marcada por uma separação de privilégios da classe dominante, da aristocracia grega.

Inicia-se tudo pelo primado de uma aristocracia vigente, já existente antes mesmo de a Grécia ser “A Grécia” – basta lembrar que, na narrativa homérica da *Ilíada*, é Agaménon quem, após décadas de guerra e apelo político por poder, consegue unir a Grécia. Isso torna possível, ao que parece, a narrativa que dará prosseguimento às determinações, ou seja, o surgimento da poesia

grega, que é, ao mesmo tempo, o surgimento da oficialização da cultura grega, seus valores, crenças, hábitos e visão de mundo. Uma cultura que, podemos dizer, já nasce “determinada”, ou que se autodetermina como determinada, quer dizer, que já se coloca como completamente oposta à liberdade, levando em consideração que, na nossa formação filosófica ocidental, aprendemos, desde cedo, que o contrário de determinação é liberdade, e vice versa.

Lembremos o período do que Jaeger chamou de aristocracia militar, onde, a principal figura modelo é o grande herói Aquiles. Na *Iliada*, Homero canta belamente o momento em que o herói dialoga com a sacerdotisa Briséis, a qual questiona-o sobre a sua escolha de vida, ser um guerreiro, matar homens etc., e Aquiles responde dizendo que não escolhera, mas, isto sim, nascera. A determinação aqui, o “assim seja” segundo a vontade dos deuses, a sorte de cada um de maneira previamente estabelecida pela vontade divina, passa a ser o fator principal da explicação do destino, do real, do mundo e das coisas, após os escritos de Hesíodo e Homero, ou, até mesmo, contemporâneo à produção destes. Pensar a liberdade, já nas estruturas basilares do nascedouro da cultura grega, torna-se impossível, as condições de possibilidade do pensamento ético-político do ponto de vista da liberdade estão, desde já, comprometidas. Não se trata de um conformismo frente ao real, mas de uma compreensão do real como algo já conformado com a vontade dos deuses. A compreensão de que ser livre significa ser causa de sua própria ação, já parecia permear o raciocínio da moral grega.

Nós compreendemos isso como tragédia: a impossibilidade de mudança do estatuto da realidade, a inevitabilidade, a autodeterminação do ser enquanto tal. Todavia, os deuses são livres, tem vontade, o real se dá através da vontade dos mesmos, o que acontece somente acontece sob a égide do querer dos deuses. Mas deuses não são homens, portanto, não são explicáveis ou compreensíveis por nós, seres finitos e limitados. Se assim o é, não podemos questionar o querer deles, portanto, há, como petição de princípio da formação da moral e cultura gregas, a impossibilidade de pensar a liberdade, mesmo a partir dos únicos seres que seriam livres, bastando lembrar, para confirmar isto, da punição que tantos, como Protágoras, Xenófanes e Sócrates sofreram, por aparentemente ‘questionar os deuses’ etc. Tragédia é, aqui, o conceito antônimo de liberdade, a forma moral-cultural que os gregos pré-filosóficos encontraram de entender o real, explicar o mundo, o modo cultural-moral grego de estabelecer o determinismo fundamental. Como dissemos acima, não se trata de um conformismo frente ao mundo, mas de uma compreensão do peso do real, de seu movimento superior frente a nós, mortais, finitos. A famosa peça de Sófocles,

Édipo rei, mostra-nos muito bem a continuação e desenvolvimento da visão trágica e fundamentalmente não-livre, onde o herói, Édipo, realiza a vontade dos deuses justamente ao esforçar-se para realizar a sua vontade e fugir do seu destino. Aliás, os heróis, em sua quase totalidade, enquanto figuras pedagógicas – vale lembrar que as obras de Homero (e outros poetas) eram utilizadas para ensinar, educar, formar os jovens – eram seres que sempre sofriam em demasia, sua penúria, em especial ao desafiarem os deuses, era sempre angustiante, como algo que nos lembrasse: sejam valentes, eloquentes e belos como os grandes heróis, mas nunca cometam o erro de desafiar os deuses, se inconformar com o destino, a *moira*.

Mas então, como chegamos ao nascedouro da filosofia e ao nascedouro da política? Será que deveríamos perguntar pelo nascedouro de cada uma individualmente? Resposta: não. A filosofia e a política gregas compartilham do mesmo nascedouro. O século V A.C. é, segundo Jaeger, o início da renascença grega clássica, ou melhor dizendo, a era de ouro da Grécia antiga, se perdurando até meados do século III A.C.. E, não coincidentemente, este é o século da revolução periclana e dos grandes filósofos que antecederam Platão e Aristóteles. É pura coincidência Sócrates e Protágoras (e outros grandes) viverem e constituírem suas atividades filosóficas no mesmo período em que Péricles, juntamente com seus aliados, promoveram a revolução política que derrubara tiranos e tornara possível a democracia grega? Isso é tão coincidência quanto Demóstenes discursar contra Felipe da Macedônia no mesmo período em que Aristóteles dissertava sobre ética, retórica e política!

Se Pierre Hadot, em *O que é filosofia antiga*, estiver correto, todos os primeiros filósofos, aqueles que serão mui tardiamente e inadequadamente chamados de pré-socráticos, (e por Aristóteles chamados de *physikói* ou *physicalistas*) deveremos concluir que estes primeiros filósofos, quase sem exceção, tiveram forte atividade política, cada um em seu tempo e localidade – tal como relata-nos, também, Diógenes Laércio em *Vida e obra dos filósofos ilustres*. Admitir esta intensa atividade político-filosófica nos filósofos significa admitir o espírito da liberdade presente aqui, habitando como estrutura do nascedouro comum da política e da filosofia. Ora, o que seria a liberdade nesse sentido senão o rompimento com o determinismo fundamental da realidade, o movimento de reestruturar reformando e implodindo velhas estruturas? Ou seja, a revolução no sentido próprio da palavra, quer dizer, re-evoluir, evoluir novamente.

E foi exatamente isso que tanto o movimento filosófico quanto o movimento político fizeram, concomitantemente. Basta lembrar o problema que perpassou a tradição filosófica clássica quase inteira: *nómos* x *physis*, convenção versus natureza, uma questão que se inicia no pensamento dos filósofos da *physis* e se torna grave problema na sofística de Górgias, se ampliando no *Crátilo* de Platão. Crer ou pensar que a natureza é fator determinante da vida dos homens em sua estrutura e teleologia, ou seja, acreditar que o fator determinante é a natureza das coisas, e não a convenção entre os homens, no que tange à vida humana, é voltar ao primado do determinismo, acreditar que as coisas são como são e devem continuar sendo como são, ou seja, a divisão entre os membros da aristocracia, monarquia e etc., como superiores em todos os aspectos aos membros das classes baixas e menos abastardas, porque as coisas assim o são. Em contrapartida, crer no primado da convenção significa admitir que a possibilidade do estatuto da modificação da realidade é possível sob certo prisma, ou seja, a mudança; acreditar que as coisas podem mudar, serem mudadas, por via da *práxis* humana, da ação comum dos homens, seres de intelecto não divino, mas superior, de certo modo. Esse debate que perpassa a filosofia antiga quase inteira tem origem no século das revoluções políticas que tornam possível a democracia grega e a queda da tirania, aliás, este debate, somos forçados a admitir, é fundamentalmente político, pois tem a ver diretamente com luta de classes e condições sociais e econômicas de subsistência da época, mas se encontra fundamentalmente entre os filósofos.

Os gregos não compreendiam, ao que parece, a noção de tradição, tal como nós a conhecemos: do latim *tradere*, que significa trazer, o que traz, o trazido. Eles respeitavam tradições, costumes, hábitos e valores, *oikos* e *ethos* eram conceitos fundamentais da cultura grega; mas eles compreendiam, com uma impetuosidade impressionante, a vida de um modo geral, sob a noção de *kosmos*, advindo do verbo *kosmel*, que significa embelezar, enfeitar. Ora, se o que existe, o *kosmo*, é belo, enfeitado, embelezado, no sentido grego ele deve ser bom, *agathon*, se não o for, o princípio de realidade não faz nenhum sentido (*kálos kai agathos*), logo, exorta-nos a repensá-lo; e isso, para os gregos, significa, também, muda-lo, tornar-diferente: Parmênides: ser é igual a pensar; pensar é igual a ser. Se se muda a concepção se muda a ação, ser filósofo no sentido grego, como alude Foucault no Tomo III de sua *História da Sexualidade*, ser filósofo, justamente, tem a ver com um modo de ser, de pensar, de ser-pensar. Compreender ou respeitar a tradição não significa conformar-se com o que se mostra como desconfortável do ponto de vista do pensamento ou da própria vida em suas condições materiais.

Aristóteles afirmara que o primeiro filósofo propriamente dito fora Tales de Mileto. Mas o que Tales realmente fizera? Ele cometera o mesmo crime que os outros filósofos, seus contemporâneos e os posteriores. Ele questionara o estatuto do real! Ora, tudo estava dado, a cultura já “se formara”, já se tinha a *Teogonia*, a *Ilíada* e a *Odisseia*. As coisas já têm sua explicação, razão de ser, movimento pré-determinado. Mas não, não para os filósofos. Tales pergunta, assim como os outros filósofos, pelo princípio que torna possível, que determina todas as coisas enquanto coisas, pela *arché*, pelo *hypocheiménon*, e, depois, com Platão e Aristóteles, pelo *tó on*. A pergunta pelo conformado demonstra inconformismo, o rompimento com o determinado, a busca por nova explicação, espírito de liberdade, um “não-se-conformar-com-o-simplesmente-dado”. Isso conduzirá ao debate *nómos* x *physis* mui rapidamente, e se converterá em problema político, como aludimos acima. E é aqui que a noção de liberdade toma fôlego.

A palavra liberdade em grego, trazendo para os debates que conhecemos hodiernamente acerca de tal tema na filosofia, como em Agostinho, Spinoza, Kant, Schopenhauer, Sartre e tantos outros, tem uma conotação simplória, pois, apesar de ter surgido, como acabamos de sugerir acima, intuitivamente entre os filósofos, somente se estabeleceu, do ponto de vista de uma *práxis* efetiva, na política. Ora, a cultura aflorara-se sob o predomínio da determinação, que logo assumira o retrato da tragédia, pensar aquilo que o *modus vivendi* impede que se pense é quase impossível do ponto de vista do conceito, da linguagem. Os gregos, graças ao ponto de vista da sua atividade política, puderam, finalmente, pensar a liberdade ela mesma, como *eleuthéria*. Esta noção dá conotação à liberdade simplesmente física. Ou seja, ela significa poder mover-se, estar livre de grilhões, algemas, correntes etc. Significava não ser escravo, o primado do conceito de cidadão, primazia da fundamentação da emergente noção de *Polis*. Arthur Schopenhauer, em *Sobre a liberdade da vontade*, aborda mui didaticamente esta questão, mostrando que a liberdade, tal como a mesma fora pensada pela tradição, se apresentara sob três vieses: liberdade física – esta que os gregos conseguiram chegar e que vingou até o primado da modernidade –, liberdade intelectual ou de pensamento – a qual constituir-se-á a partir de Aristóteles e alcançará seu auge em Kant – e liberdade moral. A complexificação do problema da liberdade, tal como as inúmeras transformações e configurações que o mesmo sofreu, leva-nos a, de fato, num primeiro momento, crer que este conceito entre os gregos fora demasiado simplório, já que se atem somente à liberdade no sentido físico. Todavia, ele somente é simplório aqui. Na forma de intuição, somente teve seu nascedouro apodítico-conceitual no viés político, ou melhor, tornou possível o viés político em sua noção e

aflorara-se no mesmo enquanto conceito. A noção de liberdade configurou o nascedouro comum da filosofia e da política gregas, portanto, do Ocidente.

O dar poder ao povo, *kratos poloi* ou *demo kratos* (viés político), o não negar a necessidade, *ananché*, mas romper com o determinismo ou explicação determinista do real (viés filosófico), são dois lados de uma mesma moeda. Aquilo que torna possível as Escolas de Pensamento é a mesma coisa que torna possível os debates da Ágora, o orgulho grego de ser cidadão anda de mãos dadas com a grandeza grega de ter filosofia. O Sócrates de Platão conseguira sufocar o Édipo de Sófocles.

O respeito grego à tradição, tal como cremos compreender o modo como os gregos compreendiam tradição, distinto da conotação que herdamos da noção de tradição advinda dos latinos, pôde manter vários costumes, até a dissolução da cultura após o grande auge e queda do Império Romano. Mas o único que aparentemente se firmara, assumindo diferentes formas em diferentes períodos da antiguidade grega clássica, aparentemente, fora o desejo de não-morrer, de imortalidade, de ser, de certo modo, um Deus – já que somente estes são imortais. E qual é, senão este, o maior ato de romper com um determinismo fundamental, de desafiar os deuses, de maneira mais insolente que a de um herói, desafiando, agora, como cidadão, como filósofo, como homem-livre, livre-pensador?

No início, a única forma de imortalidade fora a glória. Morrer, mas não deixar de existir, continuar, portanto, ser, de algum modo, imortal. Basta lembrar que Aquiles, ao conversar com a deusa – supostamente sua mãe –, teve que “escolher” entre ir para a guerra de Tróia ou ficar em seu lar. Escolhendo a segunda opção, ele casaria com uma moça maravilhosa que formaria com ele uma bela família e o mesmo seria feliz, morreria velho e logo não seria mais lembrado, com o passar dos anos. Mas, se escolhesse a primeira opção, o mesmo nunca voltaria para casa, morreria na guerra, mas seu nome seria lembrado para sempre: a glória. Aquiles, como qualquer bom grego, mas aqui representando o modelo dos valores gregos de tal época, escolhera a imortalidade, a glória, ser lembrado para sempre. Num segundo momento, isto assume a forma político-filosófica, entra em cena o pensamento correto, sustentável, adequado, a era dos grandes homens, políticos-filósofos e filósofos-políticos, dos grandes discursos, era da retórica, os herdeiros indiretos do vestígio glorioso de Odisseu, o homem, como chamava Homero, dos “mil truques”, “o vivo”. Aquele que sempre sabia exatamente o que dizer e como convencer, como se sair. Entra em cena a era da retórica, defender uma causa, morrer pela mesma, ser imortal num viés político-filosófico, ser um estadista, um

retórico-político, admirado por todos, ter glória por outros, e não só por si mesmo, morrer pela causa e ser imortal, seja na vida, seja na morte, ser não simplesmente admirado, mas homenageado. E, por fim, com o advento da religião apócrifa, o Orfismo, a essência é imortalizada, a imortalidade da alma entra de maneira fascinante na cultura grega, tendo seu auge e principal conflito cultural no final do *Fédon* de Platão, onde Sócrates exorta seus discípulos a não chorarem ou sofrerem por sua morte, pois, agora, ele de fato estará livre de seu cárcere, de suas amarras, grilhões, sugerindo que aquilo que o filósofo mais deve querer é a morte, pois isto significa a imortalidade da alma, a eternidade, conceito que talvez tenha por séculos assombrado todos os homens, fazendo, por via da nossa finitude fundamental, brotar o sentimento de liberdade, sua intuição, a filosofia/política, em suma, esse grande acidente chamado Ocidente. De um desejo de não morrer surge o romper com o dado, a vontade de ser livre; de tal ímpeto, nascem a política e a filosofia; destas brota o Ocidente: parece que a nossa predestinação é a negação do 'ser/estar-predestinado'.